



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2019****PA SEI N. 0002241-35.2019.4.01.8012**

A **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º INSTÂNCIA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, situada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-902, por intermédio da Pregoeira Vanessa Monteiro Rocha, nomeada pela Portaria SJRO-DIREF 7833868, de 15 de março de 2019, torna público aos interessados que, na forma da Lei n. 10.520/2002, do Decreto n. 5.450/2005, da Lei Complementar n. 123/2006, do Decreto n. 8.538/2015, da Lei nº 8.248/1991 e do Decreto nº 7.174/2010 e, subsidiariamente, da Lei n. 8.666/1993, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, mediante as condições e exigências constantes no processo administrativo em epígrafe, no presente Edital e em seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**Data:** 11/10/2019**Horário:** 10 horas (horário de Brasília/DF)**Endereço eletrônico:** www.comprasgovernamentais.gov.br**Telefone para contato:** (69) 2181-5735. **E-mail:** semap.ro@trf1.jus.br.**Código UASG:** 90025**Unidade Interessada e Responsável da UG:** Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO. Telefone (69) 2181-5757. E-mail: sevit.ro@trf1.jus.br.

Caso não haja expediente ou ocorra situação que inviabilize a abertura do certame na data indicada acima, a sessão será automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, sendo mantido o mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do pregoeiro em contrário.

Todos os horários desta licitação, mesmo decorrentes de possíveis adiamentos ou suspensões, têm como referência o horário de Brasília/DF, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a aquisição imediata e instalação de equipamentos de segurança predial (Porta Giratória Detectora de Metais e Equipamento Scanner Raio-x com Esteira) para os acessos principais das sedes da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e seus anexos.
2. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, conforme o caso, nas sedes da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena, sendo:
 - a. Seção Judiciária do Estado de Rondônia: Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902.
 - b. Subseção Judiciária de Guajará-Mirim: Av. Duque de Caxias, n. 2409, bairro Baixa Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO, CEP 76.850-000.
 - c. Subseção Judiciária de Vilhena: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1196, bairro Jardim Eldorado, Vilhena - RO,

CEP: 76.980-000.

3. Em caso de discordância entre as especificações descritas no sistema Comprasnet e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão as do Edital.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 166.420,83 (cento e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e oitenta e três centavos)**, com previsão orçamentária na Unidade Gestora (UG): 090025; Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 096903; Natureza de Despesa (ND): 449052 - Material Permanente.

SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5. Poderão participar deste Pregão Eletrônico que atenderem às exigências do Edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciados perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico Comprasnet provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
6. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável das disposições deste instrumento convocatório.
7. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
8. O credenciamento junto ao Comprasnet implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
9. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Seção Judiciária do Estado de Rondônia responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
10. Não poderá participar deste Pregão o interessado:
 - a. suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Seção Judiciária do Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção aplicada;
 - b. declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
 - c. impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - d. proibido de contratar com o Poder Público, em razão de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998;
 - e. proibido de contratar com o Poder Público, em razão de prática de ato de improbidade, nos termos do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992;
 - f. enquadrado nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n. 8.666/1993;
 - g. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;
 - h. cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação;
 - i. que esteja com pedido ou se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo decisão judicial em contrário;
 - j. sociedade integrante de um mesmo grupo econômico, quando uma das empresas já estiver participando da presente licitação, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e
 - k. reunido em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
11. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo aqueles referentes à proposta de preço e à habilitação no certame, deverão ser exibidos em língua portuguesa, com valores cotados na moeda nacional do país.
12. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa,

efetuada por tradutor juramentado, devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

13. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
14. No caso de ser verificada a participação no certame de qualquer empresa enquadrada em qualquer das hipóteses prevista no item 10 deste edital, o Pregoeiro procederá a imediata desclassificação ou recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre o procedimento licitatório.
 - a. A participação neste certame de qualquer empresa enquadrada em qualquer das hipóteses prevista no item 10 deste edital caracterizará comportamento inidôneo por parte da mesma, sujeitando-a à aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.
15. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos dos art. 42 e 43 e seus §§ da Lei Complementar n. 123/2006 e do art. 4º e seus §§ do Decreto n. 8.538/2015.

SEÇÃO IV - DA VISTORIA TÉCNICA

16. A licitante poderá vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade de execução do objeto, mediante prévio agendamento de horário junto as unidades responsáveis, de segunda a sexta-feira, das 09 às 18 horas, nos seguintes contatos:
 - a. **Seção Judiciária de Rondônia - SJRO** - Telefone (69) 2181-5757 e 2181-5758, ou através do e-mail sevit.ro@trf1.jus.br.
 - b. **Subseção Judiciária de Guajará Mirim - SSJGUM** - Telefone (69) 3541-4342, ou através do e-mail sesap.gum@trf1.jus.br.
 - c. **Subseção Judiciária de Vilhena - SSJVHA** - Telefone (69) 3322-2063, ou através do e-mail sesap.vha@trf1.jus.br.
17. O agendamento deverá ser feito até 2 (dois) dias antes da realização da vistoria. Após a vistoria, será expedido termo de vistoria pelo responsável da unidade ou outro servidor designado para a providência.
18. Em razão da possibilidade de realização da vistoria, não caberá às licitantes a alegação de desconhecimento das condições de prestação dos serviços como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou pleitearem eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.
19. A licitante que optar por não realizar a vistoria, para efeito de aceitação da proposta, apresentará declaração de conhecimento de todas as condições do local, bem como das informações necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação, conforme Anexo II do edital.

SEÇÃO V - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA LICITAÇÃO

20. O pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:
 - a. No horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;
 - b. Abertas as propostas, o pregoeiro verificará a conformidade do item com os requisitos estabelecidos;
 - c. Caso seja verificado que a proposta não atenda aos requisitos estabelecidos, será desclassificada pelo pregoeiro, de forma fundamentada, passando-se, em seguida, à abertura da fase de lances;
 - d. Classificadas as propostas, as licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
 - e. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro examinará a compatibilidade de preço ofertado pela proponente classificada em primeiro lugar, com o valor estimado para a contratação. Não sendo aceito, o pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do preço ofertado ou procederá à recusa da proposta caso o objeto não atenda às especificações;

- f. Não sendo compatível o preço e se for negada a contraproposta, o pregoeiro recusará a proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;
 - g. Obtida proposta de preço julgada aceitável para o item, o pregoeiro solicitará ao respectivo licitante a proposta e os certificados e/ou laudos técnicos exigidos nas especificações mínimas de cada equipamento, podendo, se for o caso, solicitar prospectos, manuais, folhetos e catálogos oficiais do equipamento na forma prevista neste edital, e desclassificará as propostas não apresentadas no prazo estipulado e as que não atendam a outras exigências deste edital.
 - h. Aceita a proposta de preço, o pregoeiro solicitará ao respectivo licitante os documentos de habilitação previstos neste edital, podendo dispensar a apresentação daqueles documentos previamente registrados no sítio do Comprasnet, no SICAF e demais sítios dos órgãos oficiais;
 - i. Caso seja necessário para fins de comprovação dos requisitos habilitatórios mencionados na alínea anterior, o pregoeiro fixará o prazo máximo de 02 (duas) horas para que a licitante encaminhe a documentação exigida para fins de habilitação, via www.comprasgovernamentais.gov.br ou, nos casos de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo sistema eletrônico, via fax ou e-mail, sendo que nestes casos o pregoeiro disponibilizará aos demais licitantes os documentos encaminhados;
 - j. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, constatado o não atendimento aos requisitos de habilitação quanto a regularidade fiscal e trabalhista, o pregoeiro habilitará o licitante e fixará o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para que a licitante realize a regularização da documentação e encaminhe a para fins de habilitação completa, via www.comprasgovernamentais.gov.br ou, nos casos de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo sistema eletrônico, via fax ou e-mail, sendo que nestes casos o pregoeiro disponibilizará aos demais licitantes os documentos encaminhados;
 - k. Descumprido os prazos para apresentação dos documentos de habilitação ou da proposta ou verificado o desatendimento de qualquer dos requisitos deste edital, o pregoeiro desclassificará a proposta ou inabilitará a licitante e aplicará à licitante classificada imediatamente a seguir o disposto na alínea “e” e seguintes deste item, e assim sucessivamente;
 - l. Encerradas as fases de aceitação da proposta e de habilitação, caso não haja quem pretenda recorrer, o pregoeiro adjudicará o objeto em favor da licitante julgada vencedora;
 - m. Se qualquer das licitantes manifestar a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.
21. Caso se faça mister examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro suspender a sessão. Ao suspender a sessão, o pregoeiro comunicará às licitantes a data e horário da reabertura.
- a. As licitantes somente estarão liberadas do compromisso de acompanhar a sessão após a comunicação do Pregoeiro ou o respectivo registro no sistema, sendo incabível qualquer alegação de abandono da sessão em razão de expediente ou compromisso alheio ao certame.
22. O pregoeiro e a autoridade superior da Seção Judiciária do Estado de Rondônia poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e, sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.
23. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

SEÇÃO VI - DA FORMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

24. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á, de forma automática, a fase de recebimento das propostas.
- a. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DOS ITENS, bem como as MARCAS e os MODELOS dos equipamentos**, atentando para as especificações de cada

item de acordo com as exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos (Anexo I deste edital), considerados também incluso todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

- b. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:
- I. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
 - II. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - III. a proposta foi elaborada de forma independente;
 - IV. não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
 - V. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
 - VI. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação; e
 - VII. cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos pelo artigo 429 da CLT;
 - VIII. atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, caso enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- c. As declarações previstas no subitem anterior deverão ser realizadas pela licitante exclusivamente através do sistema Comprasnet, no momento de envio da proposta inicial, sendo obtidas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.
- d. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação da proposta registrada no sistema antes da abertura da sessão pública, além das sanções previstas neste Edital.
- e. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
25. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. Uma vez aberta a sessão do Pregão, não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
26. Após a fase de lances, mediante solicitação do pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar o **FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO II deste edital)**, de forma legível e inteligível, assinada com carimbo da empresa ou em papel timbrado, por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet, ajustada ao valor do lance ou da negociação realizada com o pregoeiro, em até 02 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, com as especificações mínimas a seguir:
- a. **Razão social completa da licitante, número do CNPJ, endereço, telefone e correio eletrônico, além dos dados bancários;**
 - b. **Especificação de valores totais e unitários de cada item, com preços em Real (R\$), com limitação duas casas decimais, escritos em algarismos e por extenso**, devendo contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, custos de armazenamento, transporte, descarte correto dos insumos e disponibilização de profissional(is) habilitado(s), lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.
 - c. **Especificação dos equipamentos de forma clara, completa e minuciosa, informando ainda as MARCAS e os MODELOS**, não sendo aceita a oferta de equipamentos com especificações diferentes das indicadas neste Edital e Anexos;
 - d. Informar **prazo de validade da proposta** não inferior **60 (sessenta) dias corridos**, a contar do encerramento da licitação;
 - e. Informar **prazo de garantia e assistência técnica dos equipamentos** não inferior a **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data do recebimento definitivo;
 - f. Informar que realizará o **treinamento presencial de uso e operação dos equipamentos com duração mínima de 06 (seis) horas**, para uma turma de até 10 (dez) servidores e terceirizados, na sede da Seção Judiciária e na Subseção Judiciária vinculada, conforme o local de instalação dos equipamentos, em no máximo 10 (dez) dias úteis a contar da instalação dos equipamentos;
 - g. Informar o **nome completo, número do RG e do CPF, e cargo do representante da empresa** que assinará o

contrato. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá anexar cópia da procuração ou contrato social que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

27. O licitante também deverá enviar, através do sistema Comprasnet, no prazo consignado no item 26 deste edital e juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE SERVIÇOS EM LICITAÇÃO**, emitida pela Justiça Federal quando da realização prévia da vistoria pela licitante ou **DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO DO LOCAL (ANEXO III deste edital)**, na forma exigida na Seção IV deste Edital.
28. O licitante ainda deverá encaminhar, no prazo consignado no item 26 deste edital e juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, os **CERTIFICADOS e/ou LAUDOS TÉCNICOS** exigidos nas especificações mínimas de cada equipamento.
29. A omissão de qualquer das informações e documentos previstos nos itens 26, 27 e 28 poderá ser motivo para recusa da proposta, aplicáveis as penalidades previstas neste edital.
 - a. Nos casos em que forem detectados erros materiais na proposta apresentada, durante a análise da aceitação, o Pregoeiro poderá determinar à licitante vencedora ajustes formais, nos termos do § 3º, art. 26 do Decreto n. 5.450/05.
30. A licitante se responsabilizará pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, reputando-se verdadeiras as propostas, mensagens e lances enviados ou anexados durante a sessão.
31. O licitante fica incumbido de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
32. Caso o licitante não consiga enviar a proposta e os anexos obrigatórios, previstos nos itens 26, 27 e 28, através do sistema Comprasnet, deverá solicitar ao pregoeiro, dentro do prazo concedido, endereço eletrônico para realizar a remessa. Todavia, sempre que possível a proposta deverá ser inserida no Comprasnet, com vistas à transparência da licitação.
33. As propostas terão prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
 - a. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VII - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

34. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
35. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
36. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VIII - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

37. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, por omissão, irregularidade, defeito insanável ou que contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.
38. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO IX - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

39. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
40. Os lances serão ofertados considerando o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, conforme especificado no item 24, alínea "a", deste edital.

41. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
42. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
43. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
44. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
45. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
46. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
47. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será automaticamente suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
48. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
49. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.
50. Em caso de prolongamento demasiado da sessão, o Pregoeiro poderá suspendê-la, sem prejuízo dos atos já praticados, para retomá-la no dia útil subsequente, no mesmo horário, tantas vezes quantas necessárias, comunicando a suspensão, em cada ocasião, aos licitantes, por meio do *chat* disponível no sistema eletrônico.
 - a. As licitantes somente estarão liberadas do compromisso de acompanhar a sessão após a comunicação do Pregoeiro e o respectivo registro no sistema, sendo incabível qualquer alegação de abandono da sessão em razão de expediente, horário de almoço ou compromisso alheio ao certame.
51. O lance vencedor será considerado, para o valor unitário do item, sem fração de centavo, desprezados os valores a partir da terceira casa decimal de real.
52. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005 e neste edital.

SEÇÃO X -DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

53. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, será considerado empate e proceder-se-á, sucessivamente, da seguinte forma:
 - a. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.
 - i. Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme artigo 44, da Lei Complementar n. 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada norma legal.
 - b. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

- d. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.
- e. Na hipótese de não contratação nos termos estabelecidos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- f. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, em especial os benefícios do empate ficto, as microempresas ou empresas de pequeno porte que incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da referida Lei Complementar.

SEÇÃO XI - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 7.174, DE 12/05/2010

- 54. Em caso de empate de lances, nos termos dos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174/2010, será assegurada preferência, para fornecedores de bens e serviços de informática, observada a seguinte ordem:
 - a. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
 - b. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
 - c. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.
- 55. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME/EPPs.
- 56. Será considerado empate e aplicada a regra de preferência aos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
 - a. A convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no direito de preferência da alínea "a" do item 300 será na ordem de classificação, de forma que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.
 - b. Caso a preferência não seja exercida na forma do item anterior, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas na alínea "b" do item 300, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para a alínea "c" do item 300, caso esse direito não seja exercido.
 - c. Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e na [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#).
- 57. Para o exercício do direito de preferência desta seção, os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação deverão apresentar, junto com a documentação da proposta, declaração, sob as penas da lei, de que atendem aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, bem como a comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 5º do Decreto nº 7.174/2010.
- 58. Para os efeitos do Decreto nº 7.174/2010, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.
- 59. Segundo informativo divulgado pelo Sistema COMPRASNET, o documento hábil que comprova a condição referida no item anterior é uma Portaria emitida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. A relação das empresas com as respectivas Portarias encontra-se no sítio www.mct.gov.br, mais especificamente no endereço: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/318551.html>.
- 60. Por sua vez, a comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.
- 61. A comprovação prevista no item anterior será feita:
 - a. eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou
 - b. por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

62. Segundo informativo divulgado pelo Sistema COMPRASNET, o documento hábil que comprova o atendimento do Processo Produtivo Básico é uma Portaria de Habilitação, mas a mesma não se encontra no sítio devido ao volume. No entanto, a relação das empresas, produtos e modelos está disponível no endereço: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/2933.html> ou <http://www.mctic.gov.br/SISEPIN/leiDeInformatica>.
63. O exercício do direito de preferência disposto nesta seção será concedido após o encerramento da fase de apresentação de lances ou propostas, AUTOMATICAMENTE, pelo Sistema COMPRASNET, observando-se os procedimentos previstos no art. 8º do Decreto nº 7.174/2010.

SEÇÃO XII - DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

64. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, especialmente se o valor da proposta da licitante estiver acima do valor estimado pela Administração.
 - a. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
 - b. Se a licitante recusar a contraproposta de baixar o valor de sua oferta para o valor estimado definido pela Administração e após analisadas as condições atuais de mercado, verificando-se as causas de eventuais oscilações de mercado que por ventura provoquem a elevação dos preços e dado ao licitante interessado o direito de comprovar as razões pelas quais sua proposta apresenta preço superior valor estimado, **NÃO RESTAR COMPROVADO** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, estando injustificadamente acima do valor estimado pela Administração, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará, por intermédio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta julgada aceitável.
 - c. Se a licitante recusar a contraproposta de baixar o valor de sua oferta para o valor estimado definido pela Administração e após analisadas as condições atuais de mercado, verificando-se as causas de eventuais oscilações de mercado que por ventura provoquem a elevação dos preços e dado ao licitante interessado o direito de comprovar as razões pelas quais sua proposta apresenta preço superior valor estimado, **RESTAR COMPROVADO** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, estando justificadamente acima do valor estimado pela Administração, o Pregoeiro convocará o envio dos anexos da proposta nos termos deste Edital.
65. Verificada a compatibilidade dos preços e efetuada a eventual negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar encaminhará, em arquivo único, a **PROPOSTA COMERCIAL** de preço adequada ao último lance, inclusive quando decorrente de negociação, observadas as exigências contidas no item 26 da Seção VI deste Edital, a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE SERVIÇOS EM LICITAÇÃO**, emitida pela Justiça Federal quando da realização prévia da vistoria pela licitante ou a **DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO DO LOCAL**, conforme item 27 da Seção VI deste Edital, e ainda, os **CERTIFICADOS e/ou LAUDOS TÉCNICOS** exigidos nas especificações mínimas de cada equipamento, conforme item 28 da Seção VI deste Edital, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet, podendo ser esse prazo prorrogável, a critério do pregoeiro.
 - a. O prazo especificado no *caput* aplica-se somente à convocação da licitante classificada provisoriamente inicialmente em primeiro lugar, cabendo ao Pregoeiro, nas demais convocações, fixar prazo razoável para o envio da documentação, nunca inferior a 01 (uma) hora, ressalvada a hipótese de aceitação de prazo menor pela licitante, devidamente registrada no *chat*.
 - b. Após a primeira convocação, é dever das licitantes subsequentes prepararem suas propostas para apresentação imediata ao Pregoeiro, considerando sempre a possibilidade de desclassificação ou inabilitação da licitante anterior.
 - c. Caso a licitante não consiga enviar a proposta através do sistema Comprasnet, deverá solicitar ao Pregoeiro, no prazo de envio da documentação, endereço eletrônico para realizar a remessa.
 - d. A documentação encaminhada fora do sistema Comprasnet poderá ser solicitada pelas demais licitantes participantes, mediante requerimento no endereço eletrônico indicado para a remessa.
 - e. Os documentos remetidos por meio do sistema Comprasnet ou de endereço eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - f. Os originais e as cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Seção Judiciária do Estado de Rondônia, situada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, CEP 76805-902, Porto Velho/RO, no setor indicado pelo Pregoeiro.

- g. Iniciado o Pregão, a licitante que desistir de sua proposta ou abandonar a sessão será desclassificada e estará sujeita às sanções previstas neste Edital.
 - i. Considera-se desistência da proposta, dentre outras hipóteses, o pedido de desclassificação fundamentado em erro de cálculo ou interpretação equivocada do Edital.
 - ii. Configura abandono da sessão a ausência de manifestação ou de envio da documentação no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.
66. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor total e unitários estimados e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.
- a. O Pregoeiro poderá solicitar do licitante o envio de prospectos, manuais, folhetos e catálogos oficiais do equipamento ou indicação de sítio eletrônico oficial do fabricante/importador que comprove o atendimento às exigências editalícias.
 - b. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico dos setores competentes, a fim de orientar sua decisão.
 - c. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço ou vantagem com base nas ofertas das demais licitantes.
 - d. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a serviços, materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
 - e. Em adoção ao formalismo moderado, o Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio da proposta ou dos demais anexos para correção de erros de preenchimento ou quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes, vedado o aumento do valor global da proposta.
 - f. Não será aceita proposta com preços manifestamente inexequíveis.
 - g. Considerar-se-á inexequível a proposta que não demonstre sua viabilidade por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os custos de mercado.
 - h. Será também considerada manifestamente inexequível, a proposta que apresente, nos termos do art. 48, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, valor inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - i. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou;
 - ii. valor orçado pela Administração.
 - i. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - i. questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e demonstração da viabilidade dos preços supostamente inexequíveis através de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado;
 - ii. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - iii. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - iv. verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
 - v. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
 - vi. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
 - vii. estudos setoriais;
 - viii. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
 - ix. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços; ou
 - x. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
67. Será desclassificada a proposta que descumprir as especificações deste Edital ou que não corrigir ou justificar eventuais

falhas apontadas pelo Pregoeiro no prazo por ele fixado.

68. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, bem como a verificação de atendimentos as exigências das especificações técnicas do objeto e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Edital, o Pregoeiro realizará a aceitação da proposta no sistema e passará à fase de habilitação.

SEÇÃO XIII - DA HABILITAÇÃO

69. O licitante deverá possuir cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF pelo menos no nível básico.
70. Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:
- Habilitação jurídica;
 - Regularidade fiscal e trabalhista;
 - Qualificação econômico-financeira;
 - Qualificação técnico-operacional; e
 - Outros documentos específicos.
71. Para **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, as licitantes deverão apresentar a seguinte documentação, atualizada e consolidada:
- Registro Comercial e suas atualizações em vigor, no caso de empresa individual;
 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
 - Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de comprovação da diretoria em exercício, para as sociedades simples;
 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente, quando exigível; e
 - Documentos de Identidade e CPF do representante legal responsável pela assinatura do contrato, acompanhados do instrumento de mandato, caso a representação não esteja contemplada no ato constitutivo, estatuto ou contrato social.
72. Em qualquer caso, o documento de constituição deve constar dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatível com o objeto da licitação.
73. Na habilitação jurídica também será verificada a composição societária da licitante e eventual participação indireta que ofenda ao artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993.
74. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a que se refere a presente licitação;
 - Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante Certidão Negativa Conjunta de Débitos, ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;
 - Prova de regularidade com ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante Certificado de Regularidade de Situação (CRS), expedido pela Caixa Econômica Federal; e
 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
75. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** são os seguintes:
- Certidão Negativa de Falências e Concordatas, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 dias anteriores à data da abertura da proposta, se outra não houver no documento;
 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da

lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que venha substituí-lo.

- i. A avaliação da boa situação financeira se dará pelos Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), conforme fórmulas a seguir, e deverão apresentar VALOR MÍNIMO IGUAL A 1 (UM).

■ $LG = \text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo} / \text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante};$

$LC = \text{ativo circulante} / \text{passivo circulante};$

$SG = \text{ativo total} / \text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}.$

- ii. Comprovação de patrimônio líquido mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização monetária para esta data através de índices oficiais, vedada a apresentação de balanços ou balancetes provisórios.
- iii. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.
- iv. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, podendo ser substituída por assinatura ou remessa eletrônica, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

76. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL** são os seguintes:

- a. Apresentação de **Atestado de Capacidade Técnico Operacional**, em nome da licitante, comprovando que a empresa forneceu e instalou pelo menos uma unidade do objeto, compatíveis em características e prazos com o objeto deste instrumento.
 - i. O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado a assinatura do representante legal da emitente, devendo a assinatura do signatário, em caso de pessoa jurídica de direito privado, ser reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro.
 - ii. A licitante deverá, caso solicitado pelo pregoeiro, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato e ou nota fiscal que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi fornecido o objeto.

77. Antes de convocar a documentação, o Pregoeiro realizará consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e aos sítios eletrônicos oficiais, a fim de verificar as condições de habilitação da licitante, dispensando a remessa das certidões e documentos por ele obtidos.

- a. Caso a licitante não tenha cadastro no SICAF ou esteja com alguma documentação pendente ou vencida, o Pregoeiro convocará o envio de anexo, na forma deste Edital.

78. Além da consulta ao SICAF e aos sítios eletrônicos oficiais, o Pregoeiro verificará a existência de registros impeditivos para a contratação ou eventual descumprimento das vedações previstas neste Edital, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível através do sítio: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível no sítio: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php; e
- c. Consulta Negativa na Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no sítio: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>.

79. A consulta aos cadastros previstos no item anterior poderá ser substituída pelo relatório obtido no sistema Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União, disponível no sítio: <https://certidoes->

apf.apps.tcu.gov.br.

80. Sem prejuízo às demais exigências, para fins de habilitação, será obtida pelo Pregoeiro a seguinte documentação:
- Declaração, em campo próprio do sistema Comprasnet, de:
 - cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de proposta em conformidade com as exigências do Edital;
 - elaboração independente da proposta;
 - superveniência de fatos impeditivos da habilitação;
 - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição III. Federal de 1988;
 - inexistência de trabalho degradante ou forçado em sua cadeia produtiva;
 - cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social;
 - cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT; e
 - enquadramento na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), caso beneficiária do regime diferenciado.
81. As declarações elencadas no item acima deverão ser realizadas pelo licitante no momento do envio da proposta, sendo obtidas pelo Pregoeiro diretamente do sistema Comprasnet.
82. Os documentos solicitados, vencidos ou não contemplados no SICAF deverão ser remetidos no prazo de até 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pela Pregoeiro, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet, observadas as condições estipuladas a seguir.
- Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
 - Na hipótese de empresa filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
 - No caso de pendência, vencimento ou dúvida sobre a documentação enviada, o Pregoeiro poderá consultar os sítios eletrônicos oficiais e obter documento comprobatório necessário ou, ainda, solicitar à licitante o envio de informação complementar acerca dos documentos já enviados.
83. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação ou habilitação no certame, conforme assegurado nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006 e no artigo 4º do Decreto 8.538/2015.
- Caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá a da habilitação do proponente com declaração de vencedor do certame/item, prorrogáveis por igual período, a critério da SJRO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o artigo 4º, inciso XV, da Lei n. 10.520/2002.
 - A não-regularização da documentação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Justiça Federal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogar a licitação.
84. Sempre que julgar necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação do original dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.
85. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação ou deixe de apresentar, corrigir ou complementar a documentação no prazo estipulado, o Pregoeiro declarará sua inabilitação e examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
86. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

SEÇÃO XIV - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

87. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- A falta de manifestação no prazo estabelecido implica decadência do direito de recorrer e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
 - A alegação genérica de prejuízo, inobservância a princípio ou descumprimento de dispositivo legal ou editalício não caracteriza motivação recursal.
 - O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
 - A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
 - A ausência de registro das razões recursais configura desistência do recurso, salvo se as motivações expostas na intenção de recurso forem suficientes para demonstrar o prejuízo da licitante e a irregularidade da decisão contestada.
88. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n. 8.666/1993, fica franqueada aos interessados a vista do Processo Administrativo SEI n. 0002241-35.2019.4.01.8012, por meio de acesso digital no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com liberação imediata pelo Pregoeiro, após pedido e indicação de e-mail válido pelo interessado.
89. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.
90. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
91. Caberá à autoridade competente decidir os recursos contra ato do pregoeiro, quando o referido mantiver sua decisão.
92. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

93. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.
94. A homologação desta licitação compete ao Diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, salvo na hipótese de recurso, quando a atribuição caberá ao Diretor do Foro.
95. O objeto deste Pregão será adjudicado à licitante vencedora do ITEM.

SEÇÃO XVI - DO CADASTRAMENTO

96. Homologado o Pregão, a Administração convocará a adjudicatária para, no prazo de até 02 (dois) dias úteis:
- informar os dados de seu representante legal e apresentar os documentos que comprovem os seus poderes para assinar o contrato; e
 - demonstrar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando inviável a obtenção por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais.
97. Recebida e conferida a conformidade das informações e documentos, a Administração encaminhará à adjudicatária tutorial ou canal eletrônico de comunicação de dados (*link*), para cadastramento da empresa e de seu representante legal, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – SEI/TRF1.
98. Confirmado o cadastramento no SEI/TRF1, será disponibilizado à adjudicatária, através do endereço eletrônico informado no sistema, canal eletrônico de comunicação de dados (*link*) para acesso ao inteiro teor do Termo de Contrato e, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, assinatura eletrônica do documento.
99. A convocação e as comunicações com a Administração serão realizadas através de correio eletrônico, salvo se demonstrada a impossibilidade de utilização deste meio, hipótese na qual será admitida a via postal.
100. Caso a adjudicatária não cumpra as obrigações e condições estabelecidas nesta Seção ou se recuse a fazê-lo, será facultado à Administração convocar outra licitante para assinar o contrato, condicionada à prévia negociação de preços e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, sujeitando-se a adjudicatária

à aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO XVII - DA CONTRATAÇÃO

101. Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93 será firmado Termo de Contrato com a licitante vencedora desta contratação, regulando a relação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme Minuta do Contrato (Anexo IV) deste edital.

SEÇÃO XVIII - DOS LOCAIS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DO OBJETO

102. Os locais de entrega e instalação dos equipamentos estão descritos e definido no Termo de Referência (Anexo I) e Minuta do Contrato (Anexo IV) deste edital.

SEÇÃO XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

103. As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE deste certame estão descritos e definidos no Termo de Referência (Anexo I) e Minuta do Contrato (Anexo IV) deste edital.

SEÇÃO XX - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA/INSTALAÇÃO E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

104. O prazo de entrega e instalação dos equipamentos, a vigência contratual e os procedimentos do recebimento provisório e definitivo deste certame estão descritos e definidos no Termo de Referência (Anexo I) e Minuta do Contrato (Anexo IV) deste edital.

SEÇÃO XXI - DO PAGAMENTO

105. O pagamento decorrente da entrega/instalação e recebimento definitivo dos equipamentos será efetuado na forma prevista no Termo de Referência (Anexo I) e Minuta do Contrato (Anexo IV) deste edital.

SEÇÃO XXII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

106. Garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, a licitante poderá ser sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da Justiça Federal de Rondônia, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, e demais cominações legais, observada a graduação estabelecida no item 98, nos seguintes casos:
- cometer fraude fiscal;
 - apresentar documento falso, seja durante a licitação ou quando da assinatura do contrato;
 - fizer declaração falsa;
 - comportar-se de modo inidôneo;
 - não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - não manter a proposta;
107. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993.
108. Pelo descumprimento de obrigações editalícias, a Justiça Federal de Rondônia aplicará multa sobre o valor estimado para a contratação, conforme a graduação estabelecida abaixo:

Item	Descrição	Multa	Incidência
------	-----------	-------	------------

1	Participação no Pregão mesmo impedido em razão das condições estabelecidas no item 10 deste Edital.	2,5% do valor global estimado	Por ocorrência
2	Abandono da sessão ou desistência da proposta após a abertura da sessão e antes da convocação no sistema, desde que previamente comunicado ao Pregoeiro.	0,5% do valor global estimado	Por ocorrência
3	Abandono da sessão ou desistência da proposta após a convocação no sistema, descumprimento dos prazos e das condições de envio da proposta ou habilitação ou da correção ou justifica das falhas apontadas pelo Pregoeiro.	1,5% do valor global estimado	Por ocorrência
4	Descumprimento do prazo e das condições estabelecidas para assinatura do contrato ou recusa em assiná-lo.	5% do valor global estimado	Por ocorrência
5	Ocorrência injustificada das hipóteses previstas no item 95 do Edital, exceto alíneas "e", "f" e "g".	2,5% do valor global estimado	Por ocorrência
6	Descumprimento injustificado das obrigações previstas no Edital que não sejam objeto de multa específica.	1% do valor global estimado	Por ocorrência

109. Os descumprimentos previsto nos itens 1 a 5 a do quadro acima poderão ensejar o impedimento de licitar e contratar com a União pelo período por até 5 (cinco) anos, a ser mensurado na apuração de responsabilidade.
110. Constituem motivo injustificado para atraso ou recusa a não manutenção, no ato de assinatura do contrato, da regularidade documental exigida no Pregão ou a descoberta de fato superveniente, cuja existência era de conhecimento da CONTRATADA, que a impeça de se habilitar em procedimentos licitatórios, assinar contratos com o Poder Público ou que resulte em atraso na assinatura do contrato.
111. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, sem caráter compensatório, e sua cobrança não isentará a licitante da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
112. As multas serão recolhidas pela licitante, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU fornecida pela SJRO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.
113. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.
114. As irregularidades constatadas após a assinatura do contrato ensejarão a aplicação das penalidades nele previstas.
115. Na aplicação de quaisquer penalidades, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à licitante/contratada o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da SJRO, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

SEÇÃO XXIII - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

116. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico semap.ro@trf1.jus.br, até as 18 horas, no horário de Brasília-DF.
117. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
118. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
119. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico semap.ro@trf1.jus.br, até as 18 horas, no horário de Brasília-DF.

120. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

SEÇÃO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

121. Ao Diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Estado de Rondônia compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogá-lo por inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- a. A anulação do Pregão induz à do contrato.
 - b. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
122. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
123. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- a. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
124. As normas disciplinadoras deste Pregão serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
125. Em caso de divergências entre normas infralegais e as disposições estabelecidas neste Edital, prevalecerão as do Edital.
126. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
127. A data de abertura da sessão pública deste certame licitatório poderá ser transferida por conveniência do SJRO, observado o disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei 10.520/2002.

SEÇÃO XXV - DO FORO

128. As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste Pregão, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SEÇÃO XXVI - DOS ANEXOS

129. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência (8536090);

Anexo I-A - Especificações Técnicas Mínimas do ITEM 01 (Porta Giratória com Detector de Metais) 8538960;

Anexo I-B - Especificações Técnicas Mínimas do ITEM 02 (Equipamento Scanner Raio-X com Esteira) 8547138;

Anexo I-C - Croquis de Localização e Instalação (8562179, 8562209, 8562291 e 8572099).

Anexo II - Formulário Padrão de Proposta Comercial;

Anexo III - Declaração de Aceitação e Conhecimento do Local;

Anexo IV - Minuta do Contrato.

Porto Velho, 30 de setembro de 2019.

VANESSA MONTEIRO ROCHA

PREGOEIRA

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III e V, no § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/2005, foi elaborado o presente Termo de Referência para, através do procedimento legal pertinente, realizar a aquisição de equipamentos de segurança predial para os acessos principais das sedes da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de **03 (três) Portas Giratórias Detectora de Metais - PGDM, com Detectores de Metal Portátil - DMP, tipo Raquete, inclusos, e 01 (um) Equipamento Scanner Raio-x com Esteira**, novos e sem uso, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia, conforme especificações e condições previstas neste Termo Referência, afim de contemplar a segurança predial nos acessos principais da **Seção Judiciária de Rondônia em Porto Velho e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena**, conforme deliberação do Comitê de Segurança Institucional da Seção Judiciária de Rondônia e email's NUASG (8535847) / SECAD (8535850).

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente aquisição tem o intuito de **reforçar a segurança da Seção Judiciária de Rondônia e as Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena**, tendo em vista atender a Resolução/CNJ nº. 104, de 06 de abril de 2010, Resolução/CNJ nº. 176, de 10 de junho de 2013 e Lei nº 12.694 de 24 de julho de 2012, no que diz respeito à segurança das pessoas e da instituição.

3.2. A instalação dos equipamentos, **Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM e Scanner de Raio X com Esteira**, visa compor e reforçar o sistema de controle de acesso, constituindo o conjunto de inspeção de bagagens e pessoal no sentido de se evitar a entrada de equipamentos e materiais perigosos nas instalações do prédio, colocando em risco todos os membros, servidores, terceirizados e público atendido, bem como atender as exigências apontadas pelo relatório de segurança produzido pelo TRF1 e Comitê de Segurança Institucional da Seção Judiciária de Rondônia.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Item	Especificação	Unidade	Qtd.	Localidade
1	Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM, com 2 (dois) Detectores de Metal Portátil - DMP, tipo Raquete , inclusos, considerando a desinstalação e retirada do equipamento existente na SJRO, para a instalação do novo, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações constantes do <u>Anexo</u> (8538960) e <u>croquis de localização</u> (8562179, 8562291 e 8562209) * (1 unidade = 1 PGDM + 2 DMP)	und.	03	<u>Retirada e Instalação:</u> Porto Velho <u>Instalação:</u> Guajará-Mirim Vilhena
2	Equipamento Scanner Raio-x com Esteira , com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações constantes do <u>Anexo</u> (8547138) e <u>croqui de localização</u> (8562209)	und.	01	<u>Instalação:</u> Vilhena

- | | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|
- 4.1. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO dos equipamentos ofertados.
- 4.2. A empresa também deverá apresentar, juntamente com a proposta, os certificados e/ou laudos técnicos exigidos nas especificações mínimas de cada equipamento.
- 4.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição dos bens neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.

5. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA/INSTALAÇÃO

- 5.1. O prazo de vigência do contrato iniciará na data de assinatura do contrato, com término do período de garantia dos equipamentos de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 5.2. O prazo para execução do objeto, compreendendo a entrega, instalação e treinamento, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.
- 5.3. A data da entrega e instalação dos equipamentos deverão ser previamente agendados com a Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – SEVIT/RO.
- 5.4. Somente será admitida a prorrogação do prazo em caso de força maior, devidamente caracterizada, justificada e comprovada pela CONTRATADA, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.

6. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.1 As **entregas e instalações** dos equipamentos, itens 01 e 02, serão realizados nos endereços discriminados abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 18h, sob acompanhamento de servidor da CONTRATANTE, designado através de ordem de serviço:

I. **Item 1 - Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM e 02 (dois) Detectores de Metais Portáteis tipo Raquete**

- a. **Seção Judiciária de Rondônia - SJRO:** Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho - RO, CEP: 76.805-902
- Em Porto Velho, antes da instalação do novo equipamento, a empresa deverá realizar a desinstalação do atual equipamento instalado no local
- b. **Subseção Judiciária de Guajará Mirim - SSJGUM:** Av. Duque de Caxias, n. 2409, bairro Baixa Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO, CEP 76.850-000
- c. **Subseção Judiciária de Vilhena - SSJVHA:** Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1196, bairro Jardim Eldorado, Vilhena - RO, CEP: 76.980-000

II. **Item 2 - Equipamento Scanner Raio-x com Esteira**

- a. **Subseção Judiciária de Vilhena - SSJVHA:** Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1196, bairro Jardim Eldorado, Vilhena - RO, CEP: 76.980-000

6.2. Todo e qualquer ônus decorrente da execução do objeto, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo a CONTRATANTE isenta de responsabilidade pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte ou descarregamento do material.

6.3. O **recebimento provisório** será efetuado no término da instalação do equipamento. O **recebimento definitivo** será realizado em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da instalação, contados da conclusão da instrução do manuseio do equipamento realizado pelos servidores e terceirizados da Seção Judiciária e Subseções Judiciárias vinculadas.

6.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, especialmente se identificada durante o período de garantia.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATADO

7.1. A licitante deverá apresentar um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha fornecido e instalado pelo menos uma unidade do objeto, compatível em

características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento.

7.1.1. A licitante deverá, caso solicitado pelo pregoeiro ou comissão de licitação, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi fornecido o objeto.

7.2. A licitante deverá apresentar ainda a empresa responsável por contato técnico permanente comprovada através de CNPJ, com endereço ativo em território nacional, além de comprovação do registro ou visto do responsável técnico pelos serviços junto ao CREA do estado de Rondônia.

8. DO TREINAMENTO, ASSESSORIA E FORNECIMENTO DE MANUAIS

8.1. A licitante vencedora deverá realizar treinamento presencial de uso e operação do equipamento com duração mínima de 06 (seis) horas, para uma turma de até 10 (dez) servidores e terceirizados, na sede da Seção Judiciária e nas Subseções Judiciárias vinculadas, conforme o local de instalação dos equipamentos, em no máximo 10 (dez) dias úteis a contar da instalação do equipamento, contendo no mínimo:

8.1.1. Funcionalidades do equipamento, abrangendo as instruções de uso para todos os níveis de usuário, operador, supervisor e administrador do sistema. Deverá ser abordada, ainda, a sua correta utilização, interpretação das imagens produzidas (identificando possíveis ameaças, tais como armas, explosivos ou outro artefato considerado perigoso), bem como todos os procedimentos e comandos referentes à segurança, configuração, transferência de imagens e realização de auditorias no sistema.

8.2. A CONTRATADA deverá oferecer material didático em português, que servirá de auxílio nas instruções oferecidas, bem como emitir certificado após conclusão do treinamento para os servidores e terceirizados indicados que participarem efetivamente do treinamento. O treinamento deverá ser realizado, preferencialmente, no próprio equipamento fornecido, e nas dependências da CONTRATANTE.

9. DA VISTORIA

9.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão instalados os equipamentos até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade de execução do objeto, mediante prévio agendamento de horário junto à **Seção Judiciária de Rondônia em Porto Velho e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena**, de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, nos seguintes contatos:

- a. **Seção Judiciária de Rondônia - SJRO** - Telefone (69) 3211-2476, ou através do e-mail sevit.ro@trf1.jus.br.
- b. **Subseção Judiciária de Guajará Mirim - SSJGUM** - Telefone (69) 3541-4342, ou através do e-mail sesap.gum@trf1.jus.br.
- c. **Subseção Judiciária de Vilhena - SSJVHA** - Telefone (69) 3322-2063, ou através do e-mail sesap.vha@trf1.jus.br.

9.2. Após a vistoria, será expedido termo de vistoria pelo Supervisor da Seção ou outro servidor designado para as providências.

9.3. Em razão da possibilidade de realização da vistoria, não caberá às licitantes a alegação de desconhecimento das condições de prestação dos serviços e dos locais de entrega como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou pleitearem eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

9.4. A licitante que optar por não realizar a vistoria, para efeito de qualificação técnica, apresentará declaração de conhecimento de todas as condições locais e informações necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação.

10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo, salvo quando o manual especificar prazo superior, que será automaticamente repassado à CONTRATANTE, contra defeitos de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega.

10.2. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos no equipamento fornecido deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA. Nesses casos, o equipamento componente ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.3. Sempre que realizado o suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

10.4. No decorrer da garantia, será de responsabilidade da CONTRATADA o custeio com transporte e guarda do equipamento, quando retirado para conserto em oficina especializada.

10.5. A garantia do serviço ou de peças substituídas no equipamento será de no mínimo 12 (doze) meses, contado da data de recebimento do equipamento consertado.

10.6. A CONTRATADA deverá realizar assistência técnica gratuita no equipamento até o final da garantia.

10.7. O prazo de atendimento será de 02 (dois) dias úteis contado da abertura do chamado via contato telefônico ou e-mail, devendo o conserto ser efetuado em no máximo 03 (três) dias úteis, salvo comprovação de impossibilidade, devidamente demonstrada e comprovada pela CONTRATANTE.

10.8. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver instalado o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1. Tratando-se de objetos comuns no mercado, entende-se que os equipamentos descritos neste termo de referência poderão ser adquiridos por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005.

12. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

12.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega e instalação do equipamento a ser adquirido, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

12.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL, referente aos objetos descritos nos itens 1 e 2.

12.3. Sagrar-se-á vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR POR ITEM, observando os valores unitários estimados pela Administração.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Para participação no certame e posterior contratação, a empresa deverá possuir regularidade fiscal junto à RECEITA FEDERAL, ao FGTS, ao INSS e à JUSTIÇA DO TRABALHO, e não possuir restrição em contratar com órgãos públicos federais (CEIS, CNIA e TCU).

14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;
- b. A proposta deverá indicar, necessariamente, o preço unitário e total de cada item, bem como especificações técnicas do equipamento ofertado;
- c. A proposta deverá informar ainda a MARCA e o MODELO do objeto ofertado;
- d. Juntamente com a proposta, deverão ser encaminhados os certificados e/ou laudos técnicos exigidos nas especificações mínimas de cada equipamento.
- e. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto, manuais, folhetos e catálogos oficiais do equipamento, assinalando prazo para o envio, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos equipamentos;
- f. O pregoeiro se reserva ainda ao direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento aos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes;
- g. O objeto a ser adquirido deverá estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus

fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

15. DO CONTRATO

15.1. A relação contratual, no caso do presente Termo de Referência, será firmado por Termo de Contrato, na forma do artigo 62, *caput*, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a mesma no ato da assinatura do referido instrumento pelas partes, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

15.2. Como condição para assinatura do contrato, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

15.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

15.4. Após convocação da empresa vencedora do procedimento licitatório, esta terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura eletrônica do Contrato por meio de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI! do TRF da 1ª Região.

15.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido contrato no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei n. 8.666/93.

15.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecida neste instrumento.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Caberá à CONTRATADA:

- a. Assinar o contrato no prazo e condições estipulados neste instrumento mediante solicitação do gestor do contrato;
- b. Entregar e instalar do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- c. Substituir, sem custos adicionais, o equipamento e serviço recusados, no prazo estipulado neste instrumento, bem como realizar a retirada o equipamento recusado no mesmo prazo, se for o caso;
- d. Prestar os serviços de garantia e assistência técnica do equipamento, por meio da matriz, filiais ou subcontratadas autorizadas, durante a vigência estipulada neste instrumento;
- e. Comunicar ao gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- f. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender as suas reclamações inerentes as entregas e/ou instalações;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta e indiretamente à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo, quando da instalação dos equipamentos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- h. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- i. Manter seus empregados, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeito às normas e orientações disciplinares desta, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício; e
- j. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a. Enviar o contrato à CONTRATADA, por meio eletrônico, para assinatura digital do representante designado, dentro do prazo e condições estipulados neste instrumento;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do equipamento por meio do servidor responsável pela CONTRATANTE;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pelo gestor do contrato, do qual deverá consignar a razão da recusa do equipamento;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Solicitar os serviços de garantia e assistência técnica do equipamento na ocorrência de falhas/danos não decorrentes de culpa da CONTRATANTE, conforme prazo e condições estipulados neste instrumento;
- g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- h. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa; e
- i. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao recebimento e execução do objeto, em especial na aplicação de sanções, alterações e outros.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo gestor do contrato.

18.2. O recebimento e a aceitação do equipamento será atestado pelo gestor do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

18.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. Descrição do equipamento entregue, com sua quantidade e valor;
- b. O número do processo que deu origem à contratação e o número do contrato;
- c. Nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. Informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

18.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

18.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificar a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

18.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

18.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438 (6/100/365);$

$N = \text{Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento};$

$VP = \text{Valor do pagamento em atraso};$

$EM = \text{Encargos moratórios devidos}.$

18.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

18.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

18.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

19. DAS RESPONSABILIDADES SOBRE OS SERVIÇOS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

19.1. Constituem responsabilidades da CONTRATADA sobre os serviços de entrega e instalação:

- a. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, mão de obra e demais meios necessários à execução do objeto, sem nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, disponibilizando pessoal com qualificação técnica, sempre em estrita observância às normas de segurança interna da CONTRATANTE e aquelas estipuladas pelo Ministério do Trabalho;
- b. Assumir a responsabilidade exclusiva por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação que trata sobre acidente do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- c. Solicitar autorização prévia para a execução do objeto fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal e reportando os equipamentos e as ferramentas particulares a serem utilizadas;
- d. Entregar o objeto em perfeito estado de uso e funcionamento, nos prazos estabelecidos;
- e. Dar garantia no material e no serviço de instalação;
- f. Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, os defeitos ou incorreções resultantes da instalação dos produtos, ou, caso as incorreções vinculem-se ao material fornecido, substituí-lo por outro de melhor qualidade, reconstituindo o serviço; e
- g. Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive as relativas à entrega do material.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 10.520/02, art. 7º, o compromissário ou contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. Recusa em aceitar o contrato;
- b. Atraso na entrega e/ou execução do serviço;
- c. Inexecução parcial ou total do objeto contrato;
- d. Falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato; e
- e. Não manter, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

20.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa de assinar o contrato ou não realizá-la no prazo estipulado. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser contratado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

20.3. Atraso na entrega e instalação do equipamento, bem como na substituição do equipamento quando recusado. Pena: multa de

0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

20.4. Atraso na execução dos procedimentos dos serviços da garantia e assistência técnica do equipamento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

20.5. Atraso na execução da contratação relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

20.6. Inexecução total do contrato pela não entrega e instalação do equipamento, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

20.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

20.8. A não manutenção, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

20.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal ou total do contrato, conforme o caso, por ocorrência.

20.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

20.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

20.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

20.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

20.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

20.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total.

20.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Considerando que se trata de fornecimento e instalação imediatos do objeto, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Nos termos do que estabelece o artigo 72 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação apenas os serviços de instalação do equipamento, por pessoa jurídica ou pessoa física credenciada pela CONTRATADA, a qual deverá ser apresentada formalmente à gestão do contrato, com o encaminhamento dos documentos necessários que comprovem a relação contratual.

22.2. As faturas emitidas por eventual SUBCONTRATADA deverá sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

22.3. Os serviços realizados pela SUBCONTRATADA deverão ser supervisionados e coordenados pela CONTRATADA, bem como responderá perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

23. DO VALOR ESTIMATIVO

23.1. O objeto deste termo de referência é estimado no valor total de **R\$ 166.420,83 (cento e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e oitenta e três centavos)**, compreendendo todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
01	Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM, com 2 (dois) Detectores de Metal Portátil - DMP, tipo Raquete , inclusos, considerando a desinstalação e retirada do equipamento existente na SJRO, para a instalação do novo, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações constantes do <u>Anexo (8538960)</u> e <u>croquis de localização (8562179, 8562291 e 8562209)</u> . * (1 unidade = 1 PGDM + 2 DMP)	03	28.562,50	85.687,50
02	Equipamento Scanner Raio-x com Esteira , com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações constantes do <u>Anexo (8547138)</u> e <u>croqui de localização (8562209)</u> .	01	80.733,33	80.733,33
VALOR TOTAL GERAL MÉDIO R\$				166.420,83

24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

24.1. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – SEVIT/RO da Justiça Federal de Rondônia, localizada na Av. Presidente Dutra, nº. 2203 – bairro Baixa da União, Porto Velho/RO ou por telefone (69) 3211-2476.

25. DOS ANEXOS

Anexo I-A - Especificações Técnicas Mínimas do ITEM 01 (Porta Giratória com Detector de Metais) 8538960;

Anexo I-B - Especificações Técnicas Mínimas do ITEM 02 (Equipamento Scanner Raio-X com Esteira) 8547138;

Anexo I-C - Croquis de Localização e Instalação (8562179, 8562209, 8562291 e 8572099).

(assinado eletronicamente)

MARCIO A. GUEDES DE SOUZA
Técnico Judiciário - Área Administrativa
Serviço de Engenharia - SEREN-RO

(assinado eletronicamente)

ALEX CORREA DE LELES
Diretor do NUASG/RO

ANEXO I-A DO EDITAL
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 01 DO TERMO DE REFERÊNCIA

I. PORTA GIRATÓRIA COM DETECTOR DE METAIS - PGDM

1. Sistema de detecção a partir do eixo central, permitindo que o usuário saia do local sem passar pela zona de detecção, evitando bloqueios desnecessários e sem interromper o fluxo de pessoas que entram no estabelecimento;
2. Equipado com detector microprocessado de metais digital modelo MP36, com 8 (oito) áreas de detecção;
3. Mensagem de voz gravada com aviso de detecção e instruções de procedimentos em caso de detecção de metais;
4. Em ajuste padrão, não detecta objetos de uso pessoal como relógio, celular de pequeno porte, molho de chaves pequeno, colares e pulseiras pequenas, não concentrados em um único lugar do corpo;
5. Painel de controle modelo MP36 que indica em que posição encontra-se o metal detectado através de leds no painel de comando;
6. Bloqueio automático na detecção de metais ou manual através do controle remoto;
7. Desbloqueio somente através do controle remoto;
8. Ajuste de sensibilidade por área de detecção;
9. Todas as configurações realizadas através do painel de controle com display digital, comandos por teclas e acesso mediante senha de 4 dígitos e 2 níveis (usuário / técnico), evitando a utilização por pessoas não autorizadas;
10. Eixo central com 3 (três) lâminas girantes;
11. Vidros externos curvos;
12. Frenagem progressiva que suaviza o travamento das lâminas girantes, deixando-as gradualmente mais pesadas até seu bloqueio final (sempre que houver detecção de metais);
13. Sistema de retorno com giro livre de 60° (sessenta graus) permite ao usuário que se retire confortavelmente do interior do equipamento sempre que houver bloqueio por detecção de metais;
14. Sistema de posicionamento das lâminas que as mantêm sempre na posição inicial para receber quem entra como também os que saem do estabelecimento;
15. Fechadura noturna que não permite a movimentação das lâminas;
16. Sistema no break 12VCC que garante autonomia no funcionamento do equipamento por até 6 (seis) horas sem energia elétrica;
17. Estrutura em Alumínio com vidros externos curvos temperados;
18. Pintura eletrostática em cor padrão cinza anodizado;
19. Calibragem automática da bobina receptora;
20. Sensibilidade com 100 (cem) níveis de ajuste independente por área;
21. Indicador gráfico para visualização dos níveis do sinal de detecção;
22. Dividido em até 8 áreas de detecção independentes;
23. Alimentação elétrica preparada para variação de tensões de 90 a 240 Vac automática 50-60 Hz;
24. Opera em ambientes com umidade de 0 a 95% não condensados;
25. Níveis de Frequência: 0 a 15;
26. Alarme sonoro com ajuste de volume;
27. Múltiplos canais de frequência possibilitando a instalação de vários equipamentos lado a lado;
28. Autodiagnóstico que acusa possíveis falhas no sistema;
29. Memória não volátil, tecnologia EEPROM (não requer bateria para armazenar seus dados);

30. Saída de relé (10 A) NA/NF permitindo comandar ou acionar outros dispositivos a partir do sinal da detecção;
31. Chave liga/desliga no painel de comando;
32. Sistema de frenagem progressivo, não gera impacto na detecção;
33. Interface com computador, protocolo RS-232/USB;
34. Software de comunicação que emite relatórios de entradas, saídas, detecções e horários;
35. Cor Cinza Anodizado;
36. Indicador de detecção por barra de leds localizada na lateral;
37. Atender as normas internacionais e nacionais – NILECJ-STD-0601; NBR5410; IEC 1000-4-2 e CISPR22.
38. Estrutura reforçada;
39. Campo magnético de baixa intensidade, não causa problemas em usuários com marca-passos cardíacos e mulheres grávidas;
40. Não danifica mídias como pen-drive, CDs; DVDs; cartões magnéticos, nem dispositivos eletrônicos como celulares ou tablets, etc;
41. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses;
42. Dimensões mínimas: Conforme croqui do projeto (8572099); e
43. Referência: Portas Giratórias Mineoro – AVAL3500 ou Similar de melhor qualidade.



Figura ilustrativa 1 - Referência: PGDM Mineoro – AVAL3500

II. DETECTOR DE METAIS PORTÁTIL - DMP, TIPO RAQUETE

1. Construção em plástico preto (ABS) de alto impacto e leve (500g);
2. Circuito eletrônico microprocessado;
3. Detecção de metais ferrosos e não ferrosos (metais magnéticos e não magnéticos);
4. Alarme sonoro e visual de detecção;
5. Ajuste de sensibilidade em vários níveis;
6. Receptor de alta sensibilidade;
7. Aviso contínuo de detecção durante a proximidade do metal, o que proporciona uma maior precisão em revistas;
8. Botão para seleção de sensibilidade;
9. Sistema de alerta por vibração;
10. LED indicador de ligado;

11. Indicação luminosa de status da bateria (carregada/descarregada);
12. Alimentação por bateria alcalina ou recarregável de 9V;
13. Compartimento de acesso rápido a bateria;
14. Possuir entrada para carregador de bateria;
15. Possuir autonomia da bateria superior a 60 (sessenta) horas;
16. Não oferecer risco para os portadores de marca-passo e também a mulheres grávidas;
17. Possuir Manual em Português contemplando, também, instruções de carregamento de bateria;
18. Possuir Botão de pressão momentâneo para auxiliar a eliminar temporariamente detecção de metais nas proximidades ambiente tais como vergalhões, paredes de metal;
19. Possuir cabo de borracha a prova de interperes;
20. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses; e
21. Referência: Garret Super Scanner V ou Similar de melhor qualidade.



Figura ilustrativa 2 - Referência: Garret Super Scanner V

ANEXO I-B DO EDITAL
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 02 DO TERMO DE REFERÊNCIA

I. EQUIPAMENTO SCANNER RAIO-X COM ESTEIRA

1. Tamanho do túnel de inspeção: largura (vão livre) entre 500mm e 530mm;
2. Tamanho do túnel de inspeção: altura (vão livre) entre 335 e 400mm;
3. Altura da cinta transportadora entre: 400 mm e 850 mm;
4. Velocidade da cinta transportadora a 60 Hz: igual ou superior a 0,2 m/s Hz;

5. Carga máxima da cinta: a cinta transportadora deve suportar uma carga, uniformemente distribuída na cinta, de no mínimo 100 kg;
6. Prover resolução capaz de detectar um fio de cobre filiforme, com diâmetro menor ou igual a 0,079 mm (setenta e nove milésimos de milímetro) ou 40 AWG (American Wire Gauge). Esta condição será avaliada por meio do dispositivo de teste padrão ("teste 1") conforme norma ASTM F792-08;
7. Prover penetração mínima de 14 mm em aço, conforme teste padrão ("teste 4") da norma ASTM F792-08;
8. Doses de Raio X: Compatível com as normas estabelecidas pela CNEN;
9. Tensão anódica do gerador de Raio X: deve estar entre 110 Kv e 160 Kv;
10. Monitor colorido com tela de 17" a 22", do tipo de LED ou LCD e deve garantir imagens livres de interferência quando a esteira estiver em movimento. A apresentação da imagem no monitor, não deve possuir alterações, ou seja, a imagem como um todo, não deve apresentar "achatamentos" ou quaisquer outros tipos de distorções. Possuir função de aproximação de imagens ("zoom"), com ampliação mínima de 64 (sessenta e quatro) vezes, escalável, com fator máximo de ampliação configurável;
11. A estrutura deve ser suficientemente robusta e resistente a impactos mecânicos e a pequenas movimentações, ocorridas pelo uso normal do equipamento;
12. Alimentação: 100/240 V AC, 60 Hz, monofásica (todos os equipamentos). O escâner deve possuir dispositivos de proteção elétrica contra surtos de tensão na linha de alimentação e sobrecarga. Autonomia mínima de 10 min (dez minutos) com operação em carga plena;
13. Temperatura de funcionamento: 0 a 40°;
14. O motopolia da esteira transportadora deve possuir frequência nominal de alimentação elétrica compatível com o padrão da rede elétrica do Brasil, ou seja, frequência em 60Hz +/- 03Hz (sessenta hertz com variação de três hertz para mais ou para menos);
15. Possibilidade de gravação do conteúdo das imagens em arquivo próprio, que poderá ser exportado e importado;
16. Os diferentes tipos de materiais deverão ser apresentados distintamente com cores;
17. Função de autodiagnóstico, para facilidade de manutenção;
18. Console de operação integrada ao corpo do aparelho ou em separado, permitindo evitar que pessoas não autorizadas operem o mesmo;
19. Botões para desligamento do sistema, em caso de emergência;
20. Sinalização visual ao público, durante a emissão de Raio-X;
21. Obrigatoriedade de o fornecedor providenciar o atendimento das normas do CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), especialmente quanto a Licença de Importação e a Isenção de impostos;
22. Requisitos de Proteção Radiológica, de acordo com a Posição Regulatória 3.01/001 (Critérios de Exclusão Isenção e Dispensa de Requisitos de Proteção Radiológica) da Norma CNEN NN3.01 "Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica";
23. O equipamento deve estar de acordo com as normas estabelecidas pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). O vazamento de radiação permitida deverá ser menor ou igual a 1 pSv, a uma distância de 10 cm de qualquer superfície acessível do aparelho (Posição Regulatória 3.01/001 par, 3.2.5 inciso b.i) (laudo técnico assinado por supervisor de radioproteção credenciado pela CNEN deve ser fornecido com o equipamento);
24. O equipamento deverá ser dotado de função de revisão de imagens, sendo que esta função deverá possibilitar a apresentação de pelo menos as últimas 05 (cinco) imagens apresentadas na tela, sem a necessidade de retrocesso na esteira, ou mesmo a repassagem do objeto pelo túnel; todas as funções de processamento de imagens poderão operar de forma simultânea;
25. A CONTRATADA deve fornecer os softwares, hardwares, dispositivos, configurações e/ou recursos necessários para a plena comunicação em rede de dados da CONTRATANTE;
26. Manuais em português do Brasil contendo as características e especificações do equipamento;
27. Possuir interface para comunicação em rede Ethernet compatível com rede de dados padrão IEEE 802.3, autossense, full-duplex, utilizando protocolo TCP/IP;
28. A dose de Raios-X emitida pelo equipamento durante a inspeção deve ser limitada a um nível considerado inofensivo para o organismo humano, produtos alimentícios ou medicamentos e materiais sensíveis;

29. O equipamento não pode interferir e nem sofrer interferência de qualquer natureza, nem mesmo eletromagnéticas ou eletrostáticas, de / ou em aparelhos ou estruturas metálicas, situadas a uma distancia maior ou igual a 1 (um) metro destes;
30. Possuir interface de comunicação local para realização de cópia de imagens em dispositivos de armazenamento de dados removíveis a ser instalados em porta de comunicação ou leitora específica, compatível com a tecnologia do dispositivo de armazenamento removível tais como HD externo, cartão SD ou pen drive (USB flash drive), etc.;
31. O equipamento deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes funções em tempo real (instantâneo), sem a necessidade de parar a esteira:
 - Somente orgânicos (onde serão apresentados em tela somente os materiais orgânicos ou híbridos);
 - Somente inorgânico (onde serão apresentados em tela somente os materiais inorgânicos ou híbridos);
 - Alta absorção (onde os objetos no quais é mais difícil a penetração têm o seu contraste aumentado, para facilitar a sua identificação);
 - Baixa absorção (onde objetos de mais fácil penetração têm seu contraste diminuído, para facilitar sua identificação);
 - Negativo (onde se é possível inverter a absorção, sendo que os objetos de alta absorção e baixa absorção têm seu contraste invertido facilitando, com isto, a visualização de fios finos); e
 - Contraste otimizado que auxilia o operador na avaliação de imagens de Rx de objetos inspecionados de uma forma mais rápida e mais efetiva. O contraste otimizado deve ser atingido através de toda a imagem, independentemente do brilho da imagem prevalecente.
32. O equipamento, após instalação, deverá ser testado para comprovar o atendimento aos requisitos do edital e a inexistência de radiações prejudiciais ou interferentes. Para cada equipamento será emitido um laudo técnico detalhado comprovando atendimento às normas da CNEN quanto à emissão de radiação, feito por laboratório credenciado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e assinado por supervisor de proteção radiológica, devidamente credenciado pela CNEN;
33. Peso máximo do equipamento: 150 kg (sem os periféricos, tais como monitor, teclado, nobreak e bateria, extensão de esteira);
34. Dimensões máximas do equipamento:
 - Altura máxima de 1600 mm (sem o monitor);
 - Largura máxima de 950 mm; e
 - Comprimento máximo de 1800 mm, sem a extensão de esteira.
35. O equipamento deve ter uma mesa de roletes (extensão da esteira) como extensões das esteiras, com as seguintes características:
 - Estrutura independente, não fixada no equipamento de Raios-X;
 - Estrutura resistente a cargas de 50 kg., construída com material inoxidável ou pintura eletrostática;
 - Comprimento de 800 a 1000 mm, na entrada e saída do túnel;
 - Altura regulável nas extremidades;
 - Roletes instalados em toda a sua extensão, construídos com material inoxidável e de fácil remoção;
 - Dispositivo que possibilite o ajuste de proximidade da esteira do equipamento com a extensão;
 - Possuir proteções laterais, para evitar que as bagagens caiam da esteira; e
 - Possuir batente no final da esteira de saída.
36. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses; e
37. Referência: Scanner Spectrum 5333 ou Similar de melhor qualidade.



Figura ilustrativa 1 - Scanner Spectrum 5333

ANEXO I-C DO EDITAL

CROQUIS DE LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO (8562179, 8562209, 8562291 e 8572099)

Os documentos serão disponibilizados em PDF à parte do edital.

ANEXO II DO EDITAL

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico: ____/2019 da Seção Judiciária de Rondônia - UASG: 090025

RAZÃO SOCIAL:	_____				CNPJ	n.	
ENDEREÇO:	(Rua/Av,	n.,	bairro,	município/UF,	CEP)		
TELEFONES:	()	_____				E-MAIL:	
DOMICÍLIO	BANCÁRIO:				(Banco/Ag./CC)		
NOME DO REPRESENTANTE	DA				EMPRESA:		
RG	n.	_____				CPF	n.
CARGO:	_____					(Sócio/Proprietário	
/Procurador)	_____						

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMO	MARCA e	QUANT.	VALOR	VALOR
------	------------------	---------	--------	-------	-------

		MODELO	(A)	UNITÁRIO R\$ (B)	TOTAL R\$ (C = A x B)
1	<p>Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM, com 2 (dois) Detectores de Metal Portátil - DMP, tipo Raquete, inclusos, considerando a desinstalação e retirada do equipamento existente na SJRO, para a instalação do novo, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações detalhadas mínimas constante do <u>Anexo I-A do edital (8538960) e croquis de localização e instalação constante do Anexo I-C do edital (8562179, 8562291 e 8562209).</u></p> <p>* (1 unidade = 1 PGDM + 2 DMP)</p> <p><u>Retirada e Instalação:</u> Porto Velho/RO</p> <p><u>Instalação:</u> Guajará-Mirim/RO Vilhena/RO</p>		03		
2	<p>Equipamento Scanner Raio-x com Esteira, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações detalhadas mínimas constante do <u>Anexo I-B do edital (8547138) e croqui de localização e instalação constante do Anexo I-C do edital (8562209).</u></p> <p><u>Instalação:</u> Vilhena/RO</p>		01		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COMERCIAL R\$					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (por extenso):

- A proposta inclui todas e quaisquer despesas diretas e indiretas inerentes aos procedimentos de fornecimento e instalação dos equipamentos, envolvendo todos os materiais, serviços, mão de obra, equipamentos, insumos, ferramentas, custos de armazenamento, transporte, descarte correto dos insumos, treinamento, manuais, garantia, assistência técnica e disponibilização de profissional(is) habilitado(s) e demais itens necessários, bem como as despesas com tributos, taxas, emolumentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto;
- Proposta válida por ____ (____) dias, a contar do encerramento da licitação; (OBS: não inferior a 60 dias).
- Declaramos conhecimento e aceitação de todas as obrigações constante no referido edital e seus Anexos (Termo de

Referência e Minuta do Contrato);

- d. Declaramos que será realizado o treinamento presencial de uso e operação dos equipamentos com duração mínima de 06 (seis) horas, para uma turma de até 10 (dez) servidores e terceirizados, na sede da Seção Judiciária e na Subseção Judiciária vinculada, conforme o local de instalação dos equipamentos, em no máximo 10 (dez) dias úteis a contar da instalação dos equipamentos;
- e. Declaramos que o prazo de garantia e assistência técnica dos equipamentos será de ____ (____) meses, contados da data do recebimento definitivo pela gestão e fiscalização; (OBS: não inferior a 24 meses).
- f. Declaramos que os equipamentos serão fornecidos e instalados, conforme o caso, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, nas sedes da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena, sendo:
- Seção Judiciária do Estado de Rondônia: Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902.
 - Subseção Judiciária de Guajará-Mirim: Av. Duque de Caxias, n. 2409, bairro Baixa Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO, CEP 76.850-000.
 - Subseção Judiciária de Vilhena: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1196, bairro Jardim Eldorado, Vilhena - RO, CEP: 76.980-000.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2019.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO DO LOCAL

Pregão Eletrônico: ____/2019 da Seção Judiciária de Rondônia - UASG: 090025

(Nome da Empresa), CNPJ nº, estabelecida à
(endereço completo), nos termos da Resolução n. 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, DECLARA que conhece e aceita as condições do(s) local(is) onde será(ão) executado o objeto desta licitação.

OBSERVAÇÃO: Declaração exigida apenas para os licitantes que não realizaram a Vistoria Prévia, nos termos da Seção IV deste Edital. Aos que realizaram a referida vistoria *in loco*, apresentar a Declaração emitida pela Seção Judiciária de Rondônia.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2019.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV DO EDITAL
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N. _____/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º INSTÂNCIA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E EMPRESA _____ PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PREDIAL (PORTA GIRATÓRIA DETECTORA DE METAIS E EQUIPAMENTO SCANNER RAIO-X COM ESTEIRA) PARA OS ACESSOS PRINCIPAIS DAS SEDES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DE GUAJARÁ-MIRIM E VILHENA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º INSTÂNCIA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Senhora ALINE FREITAS DA SILVA, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJ DIREF 216/2017.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, sediada _____, representada por _____, Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade n. _____ e inscrita no CPF/MF sob o n. _____, de acordo com a representação outorgada por _____.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato, instruído nos autos do PAe-SEI n. 0002241-35.2019.4.01.8012, com base no Pregão Eletrônico n. ____/2019, nos termos da Lei n. 10.520/2002, da Lei n. 8.666/1993 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto o fornecimento e instalação de equipamentos de segurança predial (Porta Giratória Detectora de Metais e Equipamento Scanner Raio-x com Esteira), com as respectivas adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia, para atender os acessos principais das sedes da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias de Guajará-Mirim e Vilhena, conforme quantidades, marcas, modelos e especificações abaixo descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMO	MARCA e MODELO	QUANTIDADE
1	<p>Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM, com 2 (dois) Detectores de Metal Portátil - DMP, tipo Raquete, inclusos, considerando a desinstalação e retirada do equipamento existente na SJRO, para a instalação do novo, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações detalhadas mínimas constante do <u>Anexo I-A do edital (8538960)</u> e <u>croquis de localização e instalação constante do Anexo I-C do edital (8562179, 8562291 e 8562209)</u>.</p> <p>* (1 unidade = 1 PGDM + 2 DMP)</p> <p><u>Retirada e Instalação:</u> Porto Velho/RO</p> <p><u>Instalação:</u></p>		03

	Guajará-Mirim/RO Vilhena/RO		
2	Equipamento Scanner Raio-x com Esteira , com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações detalhadas mínimas constante do <u>Anexo I-B do edital (8547138) e croqui de localização e instalação constante do Anexo I-C do edital (8562209).</u> <u>Instalação:</u> Vilhena/RO		01

Parágrafo Único. A descrição detalhada dos equipamentos e suas características são complementadas pelo Termo de Referência (8536090) e seus anexos (8538960, 8547138, 8562179, 8562209, 8562291 e 8572099), constante no Edital de Pregão Eletrônico n. ____/2019 e na Proposta Comercial da CONTRATADA que, para todos os fins de direito, integram este contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

As entregas e instalações dos equipamentos serão realizados nos endereços discriminados abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 17h, sob acompanhamento de servidor da CONTRATANTE, designado através de ordem de serviço:

I. ITEM 1 - Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM e 02 (dois) Detectores de Metais Portáteis tipo Raquete

- a. **Seção Judiciária de Rondônia - SJRO:** Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho - RO, CEP: 76.805-902.
 - Em Porto Velho, antes da instalação do novo equipamento, a empresa deverá realizar a desinstalação do atual equipamento instalado no local.
- b. **Subseção Judiciária de Guajará Mirim - SSJGUM:** Av. Duque de Caxias, n. 2409, bairro Baixa Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO, CEP 76.850-000.
- c. **Subseção Judiciária de Vilhena - SSJVHA:** Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1196, bairro Jardim Eldorado, Vilhena - RO, CEP: 76.980-000.

II. ITEM 2 - Equipamento Scanner Raio-x com Esteira

- a. **Subseção Judiciária de Vilhena - SSJVHA:** Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1196, bairro Jardim Eldorado, Vilhena - RO, CEP: 76.980-000.

Parágrafo Único. Todo e qualquer ônus decorrente da execução do objeto, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo a CONTRATANTE isenta de responsabilidade pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte ou descarregamento do equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O presente contrato possui o valor total de R\$ _____ (_____), conforme quadro resumo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Porta Giratória Detectora de Metais - PGDM, com 2 (dois) Detectores de Metal Portátil - DMP, tipo Raquete , inclusos, considerando a desinstalação e retirada do equipamento existente na SJRO, para a instalação do novo, com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações detalhadas mínimas	03		

	constante do <u>Anexo I-A do edital (8538960) e croquis de localização e instalação constante do Anexo I-C do edital (8562179, 8562291 e 8562209).</u> * (1 unidade = 1 PGDM + 2 DMP)			
2	Equipamento Scanner Raio-x com Esteira , com as respectivas instalações, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações detalhadas mínimas constante do <u>Anexo I-B do edital (8547138) e croqui de localização e instalação constante do Anexo I-C do edital (8562209).</u>	01		
VALOR TOTAL R\$				

Parágrafo Único. O valor constante do *caput* desta Cláusula inclui todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos fornecimento e instalação dos equipamentos, envolvendo todos os materiais, serviços, mão de obra, equipamentos, insumos, ferramentas, custos de armazenamento, transporte, descarte correto dos insumos, treinamento, manuais, garantia, assistência técnica e disponibilização de profissional(is) habilitado(s) e demais itens necessários, bem como as despesas com tributos, taxas, emolumentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido (PTRES): _____; Natureza de Despesa (ND): 449052 - Material Permanente, conforme Nota de Empenho n. _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ENTREGA/INSTALAÇÃO

O presente contrato terá vigência iniciada na data de assinatura do presente instrumento, com término após finalizado o período de garantia dos equipamentos de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

§ 1º O prazo de entrega e instalação dos equipamentos é de **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data de assinatura do presente instrumento, admitindo-se prorrogação, desde que previamente solicitada pela CONTRATADA, devendo ser motivada por fatos extraordinários por força maior ou caso fortuito, o qual será decidido pela CONTRATANTE.

§ 2º Em caso de atraso na execução do objeto, por ato imputado exclusivamente a CONTRATADA, esta deverá suportar os ônus decorrentes das despesas associadas à eventual dilação da execução dos serviços.

§ 3º O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 72 da Lei n. 8.666/93, admitir-se-á a subcontratação apenas os serviços de instalação dos equipamentos, por pessoa jurídica ou pessoa física credenciada pela CONTRATADA, a qual deverá ser apresentada formalmente à gestão do contrato, com o encaminhamento dos documentos necessários que comprovem a relação contratual.

§ 1º As faturas emitidas por eventual SUBCONTRATADA deverá sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

§ 2º Os serviços realizados pela SUBCONTRATADA deverão ser supervisionados e coordenados pela CONTRATADA, respondendo perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Termo de Referência, a CONTRATADA obriga-se a:

- a. Assinar o contrato no prazo e condições estipulados neste instrumento mediante solicitação do gestor do contrato;
- b. Entregar e instalar do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- c. Substituir, sem custos adicionais, o equipamento e serviço recusados, no prazo estipulado neste instrumento, bem como realizar a retirada o equipamento recusado no mesmo prazo, se for o caso;
- d. Prestar os serviços de garantia e assistência técnica do equipamento, por meio da matriz, filiais ou subcontratadas autorizadas, durante a vigência estipulada neste instrumento;
- e. Comunicar ao gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- f. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender as suas reclamações inerentes as entregas e/ou instalações;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta e indiretamente à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo, quando da instalação dos equipamentos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- h. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- i. Manter seus empregados, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeito às normas e orientações disciplinares desta, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício; e
- j. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Termo de Referência, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a. Enviar o contrato à CONTRATADA, por meio eletrônico, para assinatura digital do representante designado, dentro do prazo e condições estipulados neste instrumento;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do equipamento por meio do servidor responsável pela CONTRATANTE;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pelo gestor do contrato, do qual deverá consignar a razão da recusa do equipamento;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Solicitar os serviços de garantia e assistência técnica do equipamento na ocorrência de falhas/danos não decorrentes de culpa da CONTRATANTE, conforme prazo e condições estipulados neste instrumento;
- g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- h. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa; e
- i. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao recebimento e execução do objeto, em especial na aplicação de sanções, alterações e outros.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Os equipamentos serão recebidos pelo gestor e fiscais designados do contrato da seguinte forma:

- a. Provisoriamente, após a entrega e término da instalação pela CONTRATADA, juntamente com a nota fiscal e demais

documentos exigidos, para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta da CONTRATADA.

- b. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, e sua consequente aceitação, bem como da conclusão da instrução do manuseio do equipamento realizado pelos servidores e terceirizados da Seção Judiciária e Subseções Judiciárias vinculadas.

§ 1º Caso o recebimento definitivo não seja realizado dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

§ 2º Caso, após os procedimentos realizados na etapa de recebimento provisório, o equipamento seja considerado defeituoso ou em desacordo com as especificações, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para refazer o serviço ou substituir qualquer peça/material.

§ 3º O gestor do contrato poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e qualidade do bem recebido.

§ 4º O aceite/aprovação do equipamento pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TREINAMENTO, ASSESSORIA E FORNECIMENTO DE MANUAIS

A CONTRATADA deverá realizar treinamento presencial de uso e operação do equipamento com duração mínima de 06 (seis) horas, para uma turma de até 10 (dez) servidores e terceirizados, na sede da Seção Judiciária e nas Subseções Judiciárias vinculadas, conforme o local de instalação do equipamento, em no máximo 10 (dez) dias úteis a contar da instalação do equipamento, contendo no mínimo:

- a. Funcionalidades do equipamento, abrangendo as instruções de uso para todos os níveis de usuário, operador, supervisor e administrador do sistema.
- b. Deverá ser abordada, ainda, a sua correta utilização, interpretação das imagens produzidas (identificando possíveis ameaças, tais como armas, explosivos ou outro artefato considerado perigoso), bem como todos os procedimentos e comandos referentes à segurança, configuração, transferência de imagens e realização de auditorias no sistema.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá oferecer material didático em português, que servirá de auxílio nas instruções oferecidas, bem como emitir certificado após conclusão do treinamento para os servidores e terceirizados indicados que participarem efetivamente do treinamento. O treinamento deverá ser realizado, preferencialmente, no próprio equipamento fornecido, e nas dependências da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO

O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo, salvo quando o manual especificar prazo superior, que será automaticamente repassado à CONTRATANTE, contra defeitos de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega e instalação.

§ 1º No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos no equipamento fornecido deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA. Nesses casos, o equipamento componente ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a CONTRATANTE.

§ 2º Sempre que realizado o suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

§ 3º No decorrer da garantia, será de responsabilidade da CONTRATADA o custeio com transporte e guarda do equipamento, quando retirado para conserto em oficina especializada.

§ 4º A garantia do serviço ou de peças substituídas no equipamento será de no mínimo 12 (doze) meses, contado da data de recebimento do equipamento consertado.

§ 5º A CONTRATADA deverá realizar assistência técnica gratuita no equipamento até o final da garantia.

§ 6º O prazo de atendimento será de 02 (dois) dias úteis contado da abertura do chamado via contato telefônico ou e-mail, devendo o conserto ser efetuado em no máximo 03 (três) dias úteis, salvo comprovação de impossibilidade, devidamente

demonstrada e comprovada pela CONTRATADA.

§ 7º A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver instalado o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

§ 8º A assistência técnica somente poderá ser prestada pela própria empresa, através de filial ou empresa subcontratada. A responsabilidade técnica caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, e não será transferida, sob nenhum pretexto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo gestor do contrato.

§ 1º O recebimento e a aceitação do equipamento será atestado pelo gestor e fiscal do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

§ 2º No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do equipamento entregue, com sua quantidade e valor;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

§ 3º Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

§ 4º Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 5º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

§ 6º No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

§ 7º A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

§ 8º Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

§ 9º Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A gestão do contrato ficará a cargo do Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO e os fiscais do contrato serão o servidor HELITON ALVES DE AGUIAR (RO380312) para os equipamentos entregues e instalados na sede da Seção Judiciária de Rondônia e os Supervisores das Seções de Suporte Administrativo e Operacional - SESAPs para os equipamentos entregues e instalados nas respectivas sedes da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim e Vilhena.

§ 1º Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela plena execução objeto contratado, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja essa responsabilidade, exercer, por intermédio de seu gestor e fiscais do contrato, a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- a. Fiscalizar a qualidade do equipamento fornecido e sua instalação, bem como o atendimento às exigências deste instrumento e seus anexos, primando pelo fiel cumprimento dos objetivos aqui definidos e exigindo a exata correspondência dos trabalhos com os anexos a este instrumento;
- b. Observar o cumprimento dos prazos fixado neste instrumento;
- c. Exigir a realização de todos os serviços com excelente acabamento, de acordo com as especificações e determinações constantes nos anexos deste contrato e na proposta da CONTRATADA, respeitadas as orientações do fabricante;
- d. Anotar todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- e. Determinar a substituição de qualquer material cujo uso considere prejudicial ao equipamento ou a sua conservação;
- f. Atestar os documentos referentes à entrega do equipamento e dos documentos exigidos, nos termos deste contrato, para efeito de pagamento;
- g. Propor a glosa na Nota Fiscal/Fatura em decorrência de objeto não executado corretamente;
- h. Comunicar à autoridade competente, em tempo hábil e por escrito, as falhas cometidas pela CONTRATADA que impliquem atraso ou descumprimento contratual para adoção das medidas cabíveis;
- i. Controlar o prazo de vigência e de entrega/instalação do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
- j. Decidir os casos omissos relativos às especificações ou quaisquer documentos que se refiram direta ou indiretamente com a execução do objeto.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal e Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

§ 3º O exercício da fiscalização, pela CONTRATANTE, não excluirá, nem reduzirá a total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA ou sua competência pelos serviços contratados inclusive perante terceiros.

§ 4º Concluída a vistoria decorrente da conclusão de cada etapa, a CONTRATADA será notificada para que corrija as irregularidades constatadas, após o que, nova vistoria será realizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato, a fim de atestar a correta realização dessa etapa dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sujeitam-se às penalidades descritas nesta cláusula, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 10.520/02, art. 7º, a CONTRATADA em decorrência do contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar o contrato;
- b. atraso na entrega e/ou execução do serviço;
- c. inexecução parcial ou total do objeto contrato;
- d. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.
- e. não manter, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

§ 1º Recusa em aceitar o contrato é a recusa de assinar o contrato ou não realizá-la no prazo estipulado. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser contratado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

§ 2º Atraso na entrega e instalação do equipamento, bem como na substituição do equipamento quando recusado. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

§ 3º Atraso na execução dos procedimentos dos serviços da garantia e assistência técnica do equipamento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

§ 4º Atraso na execução da contratação relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

§ 5º Inexecução total do contrato pela não entrega e instalação do equipamento, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

§ 6º Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

§ 7º A não manutenção, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

§ 8º Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, por ocorrência.

§ 9º As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

§ 10 O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE no caso de inexecução parcial e poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

§ 11 A CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente no caso de inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste contrato e em legislação específica.

§ 12 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a União e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

§ 13 As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

§ 14 O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

§ 15 Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 16 A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 17 O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total.

§ 18 A aplicação de penalidade será precedida de prazo para CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato pode ser alterado nos casos e limites previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, lavrando-se para isso Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação da entrega ou instalação dos equipamentos e demais consequências previstas na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA deste instrumento, observando, em qualquer caso, os artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993..

§ 1º A rescisão contratual poderá ser:

- a. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;
- b. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 2º Ocorrendo a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666/93, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, conforme previsão no art. 80, IV, da Lei n. 8.666/93.

§ 3º Em qualquer hipótese de rescisão contratual a CONTRATANTE se obriga ao pagamento dos materiais entregues regularmente ou dos serviços executados e liquidados até a data da rescisão.

§ 4º No procedimento que visa à rescisão do contrato, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se na Lei n. 10.520/2002, do Decreto n. 5.450/2005, da Lei Complementar n. 123/2006, do Decreto n. 8.538/2015 e, subsidiariamente, da Lei n. 8.666/1993, e nas demais normas aplicáveis ao objeto, e vincula-se, independentemente de transcrição, ao Edital de Pregão Eletrônico n. ____/2019 e seus anexos, constante do PAe SEI n. 0002241-35.2019.4.01.8012, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica facultado ao CONTRATANTE enviar toda e qualquer correspondência/comunicação/informação/notificação/documentos ao e-mail cadastrado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela CONTRATADA.

§ 1º A CONTRATADA responsabiliza-se pela manutenção do e-mail informado.

§ 2º A inobservância do disposto nesta cláusula não isenta a CONTRATADA por ônus decorrente da perda de negócios em razão do não recebimento de correspondência/comunicação /informação/notificação/documentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em ambiente virtual SEI, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

ALINE FREITAS DA SILVA
Diretora da Secretaria Administrativa
Pela Contratante

[nome do representante legal]
Procurador/Cargo
Pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Monteiro Rocha, Supervisor(a) de Seção**, em 30/09/2019, às 10:11 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **8988912** e o código CRC **E1B73563**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0002241-35.2019.4.01.8012

8988912v7